

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002005-19.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Laerte Carlos Fernandes**
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alega que é cliente da ré desde o ano de 2008 através do plano Vivo Fixo Súper Economia, pelo valor mensal de R\$17,80.

Alegou que recentemente a ré lhe comunicou sobre a descontinuidade do plano, lhe oferecendo um outro pelo valor de R\$34,43.

Não concordando com isso, requer a condenação da ré em manter o plano contratado, ou substituir por outro similar.

Já o réu em contestação reafirmou a legitimidade para descontinuidade do plano, bem como ressaltou que ainda não alterou o plano do autor.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Como se vê, a explicação da ré é pertinente tendo em vista a prerrogativa legal para alteração ou extinção dos planos que disponibiliza aos seus clientes.

Por outro lado, o autor ressaltou que utiliza o plano a quase 10 anos, sendo plausível nesse caso a possibilidade de extinção do plano, sem contar que o outro oferecido não é excessivamente oneroso em relação ao primeiro.

Ressalta-se ainda que a ré agiu nos termos do Artigo 52 da Resolução nº 632/2014 da Anatel, *in verbis*:

Art. 52. As Prestadoras devem comunicar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, preferencialmente por meio de mensagem de texto ou mensagem eletrônica, a alteração ou extinção de Planos de Serviço, Ofertas Conjuntas e promoções aos Consumidores afetados, sem prejuízo das regras específicas aplicáveis ao STFC.

A conjugação desses elementos conduz à rejeição da pretensão vestibular, não se entrevedo irregularidade da ré que demandasse reparação da forma preconizada.

Nem se diga, por fim, que a aplicação ao caso da regra do art. 6º, inc. VIII, do CDC modificaria o quadro delineado, seja diante da presença de dados que atuam em favor da ré, seja em face da falta de outros que beneficiassem a posição do autor, ficando patenteado que o réu não obrou de maneira irregular, o que leva à rejeição da pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 23 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**